

Pagamento por Serviços Ambientais, espoliação e transgressões de direitos territoriais na Pan Amazônia: um estudo da tríplice fronteira Brasil/Peru/Bolívia.

GT 15- Meio Ambiente, sociedade e desenvolvimento sustentável

Maria de Jesus Morais
Elder Andrade de Paula
Sílvia Simione da Silva

Resumo

Nesta comunicação analisamos repercussões atuais na Pan Amazônia da mercantilização/financeirização da natureza, mormente via Pagamento por Serviços Ambientais. Os dados mostram que a espoliação e transgressões dos direitos territoriais dos povos indígenas e campesinato constituem o traço fundamental desse processo. Os dados aqui utilizados provêm do Programa de Extensão: “CRDH na tríplice Fronteira do Brasil, Bolívia e Peru” e Projeto de Pesquisa “Processos de re-territorialização e agenda verde na Pan Amazônia: um estudo da tríplice fronteira Brasil/Peru/Bolívia”, ambos em fase de execução.

Palavras Chave: PSA, economia verde, Pan Amazônia

Introdução

A fronteira trinacional Brasil/Bolívia/Peru passa por um processo acelerado de re-territorialização capitalista. Essa re-territorialização ocorre em um momento marcado, por um lado, pela intensificação das disputas de ordem geopolítica em torno do controle dos bens naturais estratégicos para a continuidade do processo de acumulação capitalista em escala global e, por outro lado, pelo crescimento das pressões contra a destruição ambiental geradas nesse processo. Neste cenário, procura-se apresentar como “única alternativa” as políticas e estratégias de desenvolvimento adaptadas as diretrizes da “economia verde” (PAULA, 2011).

Os grandes projetos têm afetado em escala crescente as terras de povos indígenas e comunidades camponesas gerando graves conflitos sociais em torno das disputas pelo domínio territorial. Entre esses grandes projetos, pode-se destacar: 1) construção de rodovias e grandes hidrelétricas, como as do rio Madeira no estado de Rondônia/Brasil, Cachuela Esperanza no departamento de Beni/Bolívia e outras seis projetadas no departamento de Madre de Dios/Peru; 2) exploração de hidrocarbonetos e mineração; 3) extração madeireira e expansão da pecuária extensiva de corte; 4) Adoção de mecanismos de controle territorial e financeirização da natureza institucionalizados na forma de Pagamentos por Serviços Ambientais - PSA.

Nesta comunicação, apresentamos uma reflexão sobre esse processo de reterritorialização capitalista com ênfase na espoliação e transgressões de direitos territoriais dos povos indígenas e comunidades camponesas. Os dados aqui mobilizados resultam das atividades do “Programa de Extensão: Centro de Referência em Direitos Humanos na Fronteira Trinacional do Brasil, Bolívia e Peru” e do Projeto de Pesquisa “Processos de re-territorialização e agenda verde na Pan Amazônia: um estudo da tríplice fronteira Brasil/Peru/Bolívia” (apoiado pelo CNPq), ambos em fase de execução sob nossa responsabilidade. O texto está subdividido em três seções: a) Notas sobre ocupação e domínio da tríplice fronteira; b) PSA, espoliação e conflitos sociais; c) Considerações finais.

Notas sobre a ocupação e domínio na tríplice fronteira

O atual limite internacional formado pelo estado do Acre/ Brasil, departamentos de Pando/Bolívia e de Madre de Dios/Peru se consolidou historicamente através da conquista e usurpação dos territórios ancestrais de diversos povos indígenas. Esta região fronteiriça foi colonizada através das frentes de expansão extrativistas a partir da segunda metade do século XIX. O espaço que atualmente corresponde aos departamentos de Pando e Madre de Dios, bem como o estado do Acre, têm suas origens associadas à extração da goma elástica e a frente migratória iniciada na segunda metade do século XIX, em busca do látex, da *hévea brasiliensis*, a seringueira.

O limite internacional dos três países, portanto, se consolidou sobre territórios ancestrais de diversos povos indígenas. Os contatos mais duradouros entre índios que habitavam essa região aconteceram, portanto, com a chegada dos nordestinos que vieram em busca do “chamado ouro negro”, com a implantação da empresa seringalista. Segundo Aquino & Iglesias (2005), os primeiros “encontros” dos diferentes povos indígenas com caucheiros peruanos e exploradores de seringais, vindos do Nordeste brasileiro, foram marcados pelas ‘correrias’ – expedições armadas que resultaram em massacres –, pela introdução de doenças, pelo acirramento induzido de antigos conflitos intertribais, pela ocupação dos territórios indígenas e pela dispersão de suas populações remanescentes pelas cabeceiras das bacias dos altos rios.

A formação socioeconômica territorial dessa região, desde então, é marcada por fortes conflitos sócio territoriais envolvendo as disputas pelo domínio dos bens naturais: do caucho e a borracha no passado até a exploração madeireira, hidro e agronegócios, hidrocarbonetos, mineração e PSA no presente. A história dessa conquista e espoliação tem sido marcada pela expropriação territorial dos povos indígenas e também do campesinato constituído no decorrer dessas frentes de expansão (MORAIS, 2008).

Esse foi o início da ocupação da Amazônia Sul Ocidental por uma população não indígena que adentrou nessas matas para extrair o látex da seringueira. Foi a exploração da goma que motivou a *guerra del Acre*, conflito que definiu a atual fronteira entre Brasil, Peru e Bolívia na Amazônia (BÉLTRAN, 2001). Vale ressaltar que quando inicia a exploração gomífera, sob comando de seringalistas brasileiros, as terras exploradas por estes, de acordo com o Tratado de Ayacucho de 1967, pertenciam à Bolívia. E foi a disputa pelo domínio das “árvores de leite” que provocou a redefinição das fronteiras políticas entre Brasil, Bolívia e Peru na Amazônia Sul Ocidental.

Do lado boliviano, a goma “*produjo la invasión de criollos y mestizos, barraqueros provenientes de Santa Cruz, Cochabamba y La Paz*”, e também do Brasil e Peru. Em 1899 estimava-se a existência de 60 mil brasileiros trabalhando na extração do látex em seringais do lado boliviano (CÉSPEDES, 2005). Vale ressaltar que a grande maioria dessa população estava sob comando do *barraquero* Nicolás Suárez Callaú, um dos maiores latifundiários da Amazônia boliviana na época. A mão de obra brasileira que trabalhava nessas barracas era majoritariamente de nordestinos que foram expulsos da concentração de terras nos seus estados de origem. Estes, ao chegaram à Amazônia, se transformaram em seringueiros, os extratores do látex, envolvidos em uma cadeia de exploração, seja do lado brasileiro, peruano ou boliviano.

Durante décadas, a fronteira formada entre esses três países pouco chamou a atenção dos respectivos governos centrais. Na atualidade, porém, vários eventos mostram sua re-valorização estratégica. A fronteira que no passado não recebeu muitas iniciativas do poder público, hoje se configura como constitutiva das políticas regionais. Destaque para essa questão foi à iniciativa do governo peruano de criar zonas de colonização, do governo boliviano de incentivar a colonização e potencializar as cidades de livre comércio na faixa fronteiriça. No caso do governo brasileiro, além do fato de constituir-se em áreas de segurança nacional, tem sido incluída em projetos públicos e privados ligados ao PAC e IIRSA (PAULA e MORAIS, 2010a).

Assim, o que foi considerada como região “inóspita”, como “vazio demográfico”, como “reserva da biodiversidade” e como “reguladora do clima” do planeta, hoje aparece como objeto de desejo de grandes grupos econômicos de capitais sediados nos EUA, China e Europa. Na atualidade não é a borracha natural que está sendo disputada, mas outras fontes de matéria-prima existentes no subsolo e na biodiversidade dessa floresta tropical. Sob a ideologia do “desenvolvimento sustentável na faixa de fronteiras” há uma continuidade da política de “integração da Amazônia” iniciada pela ditadura militar. A diferença é que agora a escala de exploração por parte dos grandes grupos de capitais privados “transbordou” as fronteiras nacionais da Amazônia brasileira e se expandiu em direção à Amazônia continental (PAULA, 2011). Simultaneamente à construção dos eixos de integração previstos na IIRSA, as empreiteiras brasileiras, movidas pelos generosos financiamentos do BNDES, vão ampliando seu raio de ação.

O departamento de Pando atualmente possui uma superfície de 63.827 km², que representa 6% do território boliviano. Na Bolívia este é o único departamento que concretizou sob o governo de Evo Morales o processo de *saniamiento de tierras* (reforma agrária), 40 % do território está formalmente sob o domínio de Comunidades Camponesas e Povos indígenas. Possui dois territórios Comunitarios de Origen – TCO com aproximadamente 200.000 ha de terras onde vivem 5 povos indígenas: Tacanas, Ese-jjas, Cavineños, Yaminahuas y Machineris. A região de Pando, no que diz respeito às grandes obras, está contemplado com a construção da estrada do Corredor Norte que o unirá ao Departamento de La Paz, como também pela construção das usinas hidroelétricas no Complexo Madeira y de Tahuamanu (BOLÍVIA, 2010).

No estado do Acre, deve-se ressaltar que em decorrência dos movimentos sociais nos últimos 40 anos e do direcionamento das políticas ambientais das últimas décadas, grande parte da faixa de fronteira no Estado se configura hoje por um mosaico contínuo de “territórios protegidos” composto de terras indígenas, unidades de conservação de proteção integral e por “unidades de conservação de uso sustentável”, abrangendo pouco mais de 4 milhões de hectares contínuos de florestas (MORAIS, SILVA & MANCHINERY, 2012).

Os territórios das comunidades tradicionais formam uma espécie de zona tampão do lado brasileiro da fronteira internacional. Essa zona-tampão foi incentivada pelo poder público tanto no sentido de proteção do patrimônio ambiental diante das frentes madeireiras e agropecuária quanto na estabilização da linha de fronteira. Esse fato não foi aleatório e sim efeito de uma política federal deliberada, de criar zonas-tampão no limite internacional amazônico. Em alguns trechos da região fronteiriça os países vizinhos também criaram, do outro lado do limite internacional, suas próprias zonas-tampão, institucionalizando terras indígenas e parques nacionais (MACHADO, 2005).

Do lado peruano da fronteira, constituiu-se um mosaico contínuo de “territórios protegidos” ao longo da bacia do Alto Purus, com distintas finalidades: reservas destinadas a indígenas isolados, um parque nacional e uma “reserva comunal”, com área agregada de pouco mais de quatro milhões de hectares (AQUINO, 2008). Área essa que corresponde ao eixo de desenvolvimento Peru-Brasil-Bolívia, proposto pelo IIRSA, no qual foi construído a rodovia do pacífico, o que tem contribuído para a destruição de culturas seculares em benefício de grupos sociais ou organizações política financeiras articuladas em escala internacional.

Além dessas “áreas protegidas” na faixa de fronteira peruana existem 12 comunidades nativas e bosques de produção permanente que foram cedidos pelo governo a empresas madeireiras. Segundo dados de Aquino (2008), ao longo da fronteira nove terras indígenas e um parque estadual constituem territórios de moradia permanente e áreas de perambulação e usufruto de índios isolados. Estes perambulam pelas florestas banhadas pelos pequenos afluentes e tributários das cabeceiras dos rios Envira, Muru, Humaitá, Tarauacá, Jordão, Breu e Chandles (PAULA & MORAIS, 2010b).

No Departamento de Pando/Bolívia, a reconfiguração territorial segue um padrão similar ao da zona de fronteira brasileira e peruana (conforme mostrado no Mapa 02). Apesar de não haverem dados disponíveis ainda, sabe-se que há presença significativa de imigrantes brasileiros naquele território, a

maioria vivendo do extrativismo e da agricultura de subsistência. Há também fazendeiros que se apropriaram de grandes extensões de terras para dedicar-se à pecuária extensiva de corte e à exploração madeireira.

Nesta região os movimentos sociais conquistaram territórios que agora estão sob riscos de serem violados nesse novo ciclo de espoliação capitalista. Deve-se ressaltar também que essa reconfiguração territorial pautada em critérios similares, resulta da conjugação das políticas neoliberais na América Latina e as pressões internacionais em torno da “conservação na Amazônia”. Nesse processo, tanto a atuação de grandes Organizações Não Governamentais-ONGs ambientalistas transnacionais, quanto às agências governamentais como USAID, organismos multilaterais como Banco Mundial, passaram a ser cada vez mais determinantes na formatação das políticas e estratégias de desenvolvimento na região, gradativamente legitimadas sob a ideologia do “desenvolvimento sustentável”, difundido como a “panaceia” para todos os males (PAULA; VALENCIO & MORAIS, 2012).

Esta região de fronteira encontra-se atualmente em uma nova fase de transnacionalização, que se manifesta através da Iniciativa de Integração de Infraestrutura da América do Sul – IIRSA, definida em seu site como “um fórum de diálogo entre as autoridades responsáveis pela infraestrutura de transporte, energia e comunicações” em doze países da América do Sul. A IIRSA tem como objetivo “promover o desenvolvimento da infraestrutura sob uma visão regional, procurando a integração física dos países sul americano e definir um padrão de desenvolvimento territorial equitativo e sustentável” (www.iirsa.org).

Segundo informações do site da IIRSA 30 projetos estão concluídos e/ou execução nessa região fronteiriça. Vale ressaltar que os traçados projetados para essas obras atravessam uma região de floresta com os mais altos índices de biodiversidade no Acre e na Amazônia: do lado brasileiro, passam nas proximidades de terras indígenas e cruzam o PNSD; do lado peruano, cortam a Reserva Territorial Isconahua, destinada a povos isolados, comunidades nativas e outros “caserios”, numa região onde hoje se sobrepõem a extração ilegal de madeira, concessões para a extração de petróleo e gás (Lote 138, concedido à Pacific Stratus Energy Ltd.) e concessões para a extração de ouro (PAULA & MORAIS, 2010b).

Na região Amazônica são três eixos de integração na proposta do IIRSA. O eixo Peru-Brasil-Bolívia abrange sete departamentos da Macroregião Sul do Peru, dois departamentos amazônicos da Bolívia e quatro estados da Amazônia brasileira. Possui uma superfície estimada de 3,5 milhões de km², dos quais 82% correspondem a território brasileiro, 10% peruano e 8% boliviano e possui uma população de 12,3 milhões de habitantes.

As ações planejadas e em execução no âmbito da IIRSA e do Programa de Aceleração do Crescimento-PAC, levado a cabo pelo governo brasileiro, tem impactado não só a Amazônia brasileira como também outros territórios da Amazônia continental. O chamado “Complexo do rio Madeira” é o caso mais emblemático atualmente. Este mega projeto envolve a construção de hidrovias e usinas hidrelétricas na calha do Rio Madeira. Estão em execução as obras das usinas hidrelétricas de Santo Antonio e Jirau em território brasileiro. Uma terceira usina denominada de Ribeirão no Rio Mamoré, no limite internacional Brasil-Bolívia e, a quarta usina Cachuela Esperanza, no Rio Beni, em território boliviano. Os impactos socioambientais desses mega projetos já são sentidos pelos povos indígenas, comunidades camponesas situadas na sua área de influência, bem como, pelos trabalhadores dos canteiros de obras, cujos direitos tem sido violados pelas empreiteiras.

As transgressões da legislação trabalhista neste caso são estupendas como revela a revolta dos trabalhadores nos canteiros de obras da hidrelétrica de Jirau em março de 2011. Tida como a maior rebelião da história recente do Brasil – envolveu milhares de trabalhadores que destruíram equipamentos e instalações nos canteiros de obras e uma brutal repressão das empresas e do Estado que resultou em mortes e ferimentos graves de muitos dos trabalhadores envolvidos — revelou com forte nitidez a dramaticidade desse novo ciclo de espoliação na Amazônia. Ao analisarem esse caso, Alves &

Thomas Junior (2011: p. 18), mostram que, “é nesse cenário turvo de relações que os processos territoriais se explicitam (...)”.

Cabe lembrar ainda, que tanto essas obras no complexo Hidrelétrico do rio Madeira, quanto as demais no âmbito do PAC e IIRSA têm sido levadas a cabo via transgressões de legislação ambiental e direitos territoriais coletivos. O caso da hidrelétrica de Belo Monte no estado do Pará e da estrada que liga Vila Tunari a Moxos, passando por dentro do TIPNIS (Bolívia) constituem-se em dois dos exemplos mais emblemáticos desse tipo de transgressão.

Os grandes projetos de infraestrutura além de produzirem mega destruição ambiental, têm se notabilizado também por deixarem em seus rastros, graves violações aos direitos humanos em geral e territoriais em particular. No caso da construção das hidrelétricas, é notória a perda das propriedades individuais e coletivas, contaminação das águas, incidência de enfermidades tropicais, perda de atividades econômicas e desestruturação de famílias na migração do campo para a cidade, aumentando os bolsões de miséria no entorno das capitais. Além do agravamento da violência urbana produzido pelos fluxos migratórios e o desemprego após a conclusão das obras.

Em linhas gerais, pode-se afirmar que as transgressões que marcam a retomada dos grandes projetos na Pan Amazônia, mormente dos direitos territoriais coletivos, a rigor não representa novidade. Nos ciclos de espoliação anteriores a montagem dos aparatos produtivos também se fez sob transgressões. A novidade agora reside em formas de espoliação que envolve entre outros, a financeirização da natureza sob o arcabouço da “economia verde” em geral e os Pagamentos por Serviços Ambientais em particular, como ver-se-á a seguir.

PSA, espoliação e os novos conflitos sociais

A “economia verde” pode ser interpretada como o “desenvolvimento sustentável” na fase mais avançada de mercantilização e financeirização da natureza. De acordo com Silvia Ribeiro (2003), o Pagamento por Serviços Ambientais - PSA ocupa um destacado lugar no escopo da economia verde. Segundo ela,

Un componente temprano del paquete propuesto por la economía verde es el pago por servicios ambientales (PSA) o servicios ecosistémicos.

Incluyen el pago por servicios ambientales forestales, hidrológicos, paisajísticos y de bioprospección (biopiratería).

Conllevan la redefinición de las funciones de la naturaleza y la biodiversidad como “servicios”, para poder mercantilizarlos. Los PSA han significado muchos conflictos entre grupos indígenas, campesinos, dentro y entre comunidades, ya que promueven la competencia por quien llegue primero a comerciar bienes compartidos.

Los esquemas de PSA requirieron inventar “dueños” (lugar que ocuparon ONG o grupos dentro de las comunidades) de las funciones ecosistémicas, de los conocimientos sobre biodiversidad, de los cuidados tradicionales del agua, cuencas y bosques, porque siempre han sido bienes comunes y colectivos que no se podían mercantilizar.

En muchos casos, los PSA comenzaron con préstamos del Banco Mundial – deuda pública a pagar por todos– con el objetivo expreso de crear mercados de servicios ambientales. A éstos siguieron mercados secundarios de servicios ambientales, altamente especulativos.

Los PSA significaron que una transnacional – que quizá nunca estuvo en el lugar– pueda terminar decidiendo sobre el territorio, el agua o la biodiversidad de comunidades indígenas y campesinas de países del Sur (...)

Basados en esas experiencias, surgen los programas REDD (Reducción de Emisiones por Deforestación y Degradación evitada), cuya aprobación en el Convenio de Cambio Climático en diciembre 2010, abrió de un plumazo todos los bosques del planeta a los mercados financieros especulativos (<http://alainet.org/publica/alai468-9.pdf> acceso julho de 2013)

De acordo com essa interpretação de Silvia Ribeiro, pode-se compreender com mais nitidez a reterritorialização capitalista em curso na Pan Amazônia em geral e na tríplice fronteira Brasil/Peru/Bolívia, em particular. Sob a matriz da “economia verde”, mantêm-se a produção destrutiva e cria ao mesmo tempo, incentivos para obtenção de lucros com a “conservação da natureza” via mecanismos instituídos no âmbito dos mercados financeiros, como é o caso dos PSAs. O traço fundamental da reterritorialização capitalista nessa fase de aprofundamento de mercantilização e financeirização da natureza reside no aniquilamento dos povos indígenas e comunidades campesinas dentro de seus territórios (PAULA, 2011).

Os mapas do Acre, departamentos de Madre de Dios e Pando, mostrados anteriormente revelam uma incrível similaridade no re-ordenamento territorial nessa tríplice fronteira. Ele está voltado para promover as adaptações requeridas pela matriz da “economia verde”. A criação das denominadas “áreas protegidas” sob diversas denominações regionais e a disciplinarização das formas de exploração nelas mostra uma tentativa de compatibilizar formas visíveis com aquelas invisíveis de destruição (PAULA, 2012). Chama ainda a nossa atenção, o rápido avanço na implementação de projetos de REDD na tríplice fronteira, conforme mostram os dados do quadro 01, a seguir:

Quadro 01 - Proyectos REDD identificados en Madre de Dios

Proyecto	Ejecutor / Implementador	Región	Área (ha)	Tipo de Gestión o Derecho del Área	Etapas
Concesión de Conservación "Los Amigos"	ACCA, Winrock International, Carbon Decisions	Madre de Dios	145,94 5.0	Concesión de conservación	En diseño
The Castaña Corridor REDD Project	ACCA	Madre de Dios	378,91 1.0	Concesión de castañas	En diseño
Proyecto REDD en el Parque Nacional Bahuaja Sonene y La Reserva Nacional Tambopata	AIDER, Carbon Decisions	Madre de Dios	588,25 8.0	ANP de administración nacional	Validación
Proyecto REDD en Conseciones de Castaña en Madre de Dios	BAM	Madre de Dios	150,00 0.0	Concesión de castañas	En diseño
Proyecto REDD en la Comunidad Nativa Infierno	AIDER	Madre de Dios	11,165. 0	Bosques en territorios de comunidades nativas, Concesión de	En diseño

				ecoturismo	
Proyecto REDD en Concesiones de Reforestación en Madre de Dios	BAM	Madre de Dios	80,000.0	Concesión de reforestación	En diseño
Amarakaeri REDD Project	BIOFOREST	Cusco, Madre de Dios	402,335.0	Bosques en territorios de comunidades nativas	Propuesta
The Belgica Native Community REDD Project	ASESORANDES Consorcio Comunidad Bélgica/Carbon Decisions	Madre de Dios	53,394.0	Bosques en territorios de comunidades nativas	En diseño
Piramide REDD Project	CREES	Madre de Dios	21,868.0	Concesión forestal	En diseño
Gestión sostenible para La conservación de dos reservas de biósfera en la Cuenca Amazónica (Perú y Ecuador) mediante La Reducción de Emisiones de CO2 por Deforestación y Degradación de Bosques (REDD)	Cesvi-Perú/DRIS	Madre de Dios, Cusco		ANP de administración nacional	En diseño
Madre de Dios Amazon REDD Project	GREENOXX/AIDER	Madre de Dios	98,932.0	Concesión forestal	Operacional
REDD en el Proyecto Ecoturístico de Concesión "Inkaterra" y lãs concesiones de conservación de "Bioconservación Amaru Mayo" y "Inkaterra - Tambopata"	INKATERRA	Madre de Dios	11,771.0	Concesión de conservación, Concesión de ecoturismo	En diseño
Programa de Créditos Ambientales Manu-Amarakaeri	SEP	Cusco y Madre de Dios	56,000.0	ANP de administración nacional, Bosques en territorios de	En diseño

				comunidades nativas	
Desarrollo de experiencias piloto REDD con comunidades nativas de tres regiones de la Amazonía Andina peruana	WWF PERU	Madre de Dios	150,000.0	Bosques en territorios de comunidades nativas	En diseño
Evaluación de bosques a gran escala en la región de Madre de Dios	MINAM	Madre de Dios			
Construyendo capacidades a nivel nacional y subnacional para REDD en el Perú	WWF	Madre de Dios			
Proyecto REDD Madre de Dios	Maderacre, Maderyja/AIDER, Greenoxx (Uruguay)	Madre de Dios	100,000		

FONTE: TITO, 2012.

No caso da Amazônia brasileira, o estado do Acre é considerado o que mais avançou na adoção desses mecanismos instituídos pela “economia verde” e tem sido propagandeado pelos seus defensores como modelo a ser replicado em outras partes do mundo, como mostra SCHMIDLEHNER (2012: p. 12),

Enquanto a lucrativa extração física de madeira ainda tem grande importância, hoje, o Governo do Acre está fortemente promovendo as novas formas mais abstratas e virtuais de valoração econômica de recursos naturais. O Estado tem uma posição de destaque nas discussões internacionais, sendo considerado pioneiro na implementação de REDD e serviços ambientais (...). Existe uma rede de atores que promovem as idéias da economia verde, com a qual o Governo do Acre está bem articulado ou mantém parcerias, entre eles: os grandes bancos como Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Banco BNDES, a Cooperação Técnica do Governo da Alemanha (GIZ), diversas instituições do governo federal do Brasil, ONGs ambientalistas como World Wildlife Fund (WWF), Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazonia (IPAM), Forest Trends, Woods Hole Research Center e empresas como, por exemplo, a Biofílica Investimentos Ambientais (...). Após a Avaliação Ecológica do Milênio pela ONU, que impulsionou a discussão dos serviços ambientais a partir de 2005, e após a inclusão de florestas no MDL no acordo climático, que incentivou os programas REDD, o governo acreano avançou rapidamente na implementação de REDD e serviços ambientais, elaborando com apoio com seus parceiros a Lei 2.308, que cria o Sistema Estadual de Incentivos a Serviços Ambientais (SISA). Esta lei prepara a base legal para a comercialização dos serviços.

Esse conjunto de dados ilustrados supra, mostram o rápido avanço da implementação de PSA no caso aqui analisado. Além de por em risco a permanência nesses territórios, têm provocado inúmeros conflitos internos resultados da divisão das comunidades. Atraídos pelas promessas de bons rendimentos financeiros, parte das lideranças indígenas e camponesas têm atuado ativamente em defesa desses mecanismos de PSA. Entre os que os que os tem recusado e manifestado oposição aos mesmos, os principais argumentos aparecem nos dois depoimentos a seguir. Para Alberto Pizango Chota, Presidente da Asociación Interétnica de Desarrollo de la Selva Peruana - AIDSESP,

Vivimos en la amazonía peruana, un nuevo “boom” y “fiebres”, como la del caucho y petróleo...ahora la Del carbono y REDD+. Se multiplican empresas, ONGs y funcionarios, apresurados por lograr una cosa mágica: la firma del jefe comunal en un papel sobre “créditos de carbono”, que pocos entienden bien, pero que esos intermediarios piensan que traerá grandes ganancias, comprometiendo nuestros bosques y modos de vida pero dejando pocos beneficios para las comunidades.

Denunciamos esa “piratería del carbono” que es una parte de la realidad del REDD+ en la amazonía peruana.

Por el otro lado existen los grandes programas de las ONG ambientalistas, el Banco mundial, el BID y el gobierno que prometen actuar con transparencia y respeto a nuestros derechos colectivos; pero esto incluirá el respeto a la territorialidad integral ancestral y la libre determinación? ¿Las salvaguardas y directrices de los grandes proyectos dicen que van a respetar a nuestros derechos pero la realidad siempre es otra. Que será lo que predomine finalmente? ¿Cuál REDD+ debemos esperar: el de las teorías de tranquilos eventos, o el de las agitadas presiones en nuestras comunidades y La historia de las promesas incumplidas? (AIDSESP, 2011: 04)

Segundo Dercy Teles, Presidenta do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Xapurí, a instituição do PSA ameaça gravemente a permanência dos moradores das reservas extrativistas em seus territórios,

... essas políticas só vem a amordaçar a vida dessas pessoas. Elas ficam sem vez sem voz. Sem voz porque assinam um contrato que é no mínimo de trinta anos. Disponibiliza a área de moradia delas por trinta anos pra que o governo e as multinacionais pesquisem e se usufruam de todo o conhecimento da área por uma mixaria que é insignificante. E o mais grave ainda é que elas não podem mais mexer na área, elas não podem mais pescar, elas não podem mais tirar madeira para seu uso, elas não podem mais caçar, elas não podem mais nada. Eu tenho acompanhado o desenvolvimento dessas políticas, inclusive no Pará, que tem situações aonde um morador foi preso por abater uma árvore pra fazer uma canoa pra pescar. Então, na minha opinião, essas políticas nada mais é do que o confinamento dessas populações dentro do seu próprio território, fazendo com que futuramente elas desistam, porque não faz sentido você viver no meio de uma floresta sem poder usufruir dos bens que ela te oferece. A vida não faz sentido. E essas bolsas que tão sendo disponibilizadas nem que fosse de um milhão de reais, mas ninguém vive parado num canto porque a vida perde a razão, né, você vai se sentir inútil, não tem como a pessoa viver parada só comendo e olhando pra mata sem poder fazer tudo aquilo que ele cresceu fazendo, pescando, caçando, andando, fazendo sua roça, etc (CIMI. Do\$\$iê

Acre: O Acre que os mercadores da natureza escondem <http://www.cimi.org.br/site/pt-br/> acesso julho de 2012).

Também por essas razões, no “Abril Indígena” realizado no estado do Acre (2012), os nove povos que se fizeram representar nas diversas ocupações e manifestações públicas na capital do Estado (Rio Branco) externalizaram sua rejeição ao REDD. Essas manifestações anunciam a gravidade das ameaças que pairam sobre os povos indígenas e camponeses também na Pan Amazônia, com o aprofundamento da mercantilização e financeirização da natureza. Desse modo, tendem a somar forças com outros movimentos de abrangência mundial, como a “**Alianza Global de Pueblos Indígenas y Comunidades Locales sobre Cambio Climático y Contra REDD**”, que se opõem ao REDD por considerá-lo uma “amenaza la supervivencia de los Pueblos indígenas y comunidades que dependen de los bosques y podría resultar el despojo de tierras más grande de todos los tiempos” (HIDALGO, 2012, 5).

Considerações Finais

O caso da tríplice fronteira Brasil/Peru/Bolívia situada no coração da Pan Amazônia, é extremamente rico para avançar nas reflexões sobre a aceleração do processo de mercantilização e financeirização da natureza. Em que pesem as singularidades e vigores das lutas de resistência camponesa e indígena na conquista de seus territórios, acabou concretizando-se um arcabouço institucional de ordenamento territorial padronizado. Essa padronização segue rigorosamente as diretrizes do “desenvolvimento sustentável”, agora também denominado “economia verde”.

Esse processo de mercantilização e financeirização da natureza agora intensificados na forma de Pagamentos por Serviços Ambientais – PSA, tende a agravar as pressões contra os povos indígenas e camponesinato em escala mundial. A formação da “**Alianza Global de Pueblos Indígenas y Comunidades Locales sobre Cambio Climático y Contra REDD**” denota a gravidade do problema e ao mesmo tempo anuncia a disposição de reagir também mundialmente. Enfim, procuramos mostrar que longe de apresentar soluções, a adoção e institucionalização dos PSAs concorrem para agravar a produção destrutiva do capital e reiterar a espoliação e transgressões permanentes dos direitos territoriais coletivos.

Referências Bibliográficas

AIDSESEP: La realidad de REDD+ en Perú: entre el dicho y el hecho...Análisis y alternativas de los Pueblos Indígenas Amazónicos. Nov 2011. <http://servindi.org/actualidad/55284>.

ALVES, José & THOMAS JUNIOR, Antonio. **Trabalho e energia na Amazônia**: nota para o estudo da degradação do trabalho no “Complexo Hidrelétrico Madeira”. Comunicação apresentada no V Simpósio Internacional de Geografia Agrária – VI Simpósio Nacional de Geografia Agrária. Belém, 2011.

AQUINO, T. T. V. de; IGLESIAS, M. P. **Povos e terras indígenas no Estado do Acre**. Rio Branco: Caderno Temático de Subsídio ao ZEE do Acre, 2005.

AQUINO, T. T. V. de & IGLESIAS, M. P. **X Encontro do Grupo de Trabalho para a Proteção Transfronteiriça da Serra do Divisor e Alto Juruá – Brasil-Peru**. Rio Branco: Coluna Papo de Índio-Jornal Página 20: 28-10-2008.

BELTRÁN, C. L. **La exploración y ocupación del Acre (1850-1900)**. Revista das Índias, La Paz, 2001.

BOLÍVIA. **Pando**: terra saneada con la reconducción comunitaria. Cobija: INRA, 2010.

CÉSPEDES, M. **Acesso y distribución interna de la tierra en comunidades campesinas de Pando**. Cobija: CEJIS, 2005.

CIMI. **Entrevista com Dercy Teles de Carvalho Cunha**. IN: CIMI. Do\$\$\$iê Acre: O Acre que os mercadores da natureza escondem. Brasília, 2012. <http://www.cimi.org.br/site/pt-br/> acesso janeiro de 2013.

HIDALGO, Hortencia. **Nace la Alianza Global de Pueblos Indígenas y Comunidades Locales sobre Cambio Climático y Contra REDD**. IN: Cobertura Forestal BOLETIM de la coalición Mundial por los Bosques sobre política forestal internacional. Numero 40, Abril de 2012 (<http://censat.org/ir-a-biblioteca-virtual/file/70-cobertura-forestal-no-40>)

MACHADO, L. O. **Ciência, tecnologia e desenvolvimento regional na faixa de fronteira do Brasil**. Brasília, DF: Parcerias Estratégicas (Brasília), 2005. v. 20, p. 709-728.

MORAIS, M. de J. **Acreeidade**: invenção e reinvenção da identidade acreana. 2008. Tese (Doutorado em Geografia) – UFF, Niterói.

MORAIS, M. de J.; SILVA, D. C.; MANCHINERY, A. S. da S. & ESPÍNDOLA, M. de S. **Fronteiras e Mobilidade Territorial**: trajetórias de famílias seringueiras na região fronteiriça do Acre, BR, Pando, BOL, e Madre de Dios, PE. In: PINTO, M. C. O. B. S.; MORAIS, M. de J. & LIMA, J. C. (Orgs.). *Processos de territorialização e identidades sociais*. 2. ed. São Carlos, Manaus: RiMa Editora, EDUA, 2012. v. 2.

PAULA, Elder Andrade de. **Sociedade Civil internacional e meio ambiente na Amazônia**: um estudo do MAP na fronteira trinacional Peru/Brasil/Bolívia. México: Observatório Latinoamericano de Geopolítica: 2008.

PAULA, Elder Andrade de. **Transgredindo fronteiras**, Amazônia no espelho de Caliban. México: UNAM, 2011. México-DF, 2011. 108 p. Relatório de Pós-doutoramento

PAULA, Elder Andrade de. **Acre + 13**: economia “esverdeada”, vidas e florestas (em) cinzas. IN: CIMI. Do\$\$\$iê Acre: O Acre que os mercadores da natureza escondem. Brasília, 2012. <http://www.cimi.org.br/site/pt-br/> acesso janeiro de 2013.

PAULA, E. A. de. & MORAIS, M. de J. **El Porvenir: O 11 de setembro para além da Amazônia Boliviana**. IN; ALASRU. *Porto de Galinhas, 2010a*.

PAULA, E. A. de. & MORAIS, M. de J. **Nos Labirintos das Fronteiras Amazônicas**. In: VALENCIO, N. F. L. S. (Org.); PAULA, E. A. (Org.); WITKOSKI, A. C. (Org.). *Processos de territorialização e identidades sociais*. 1. ed. São Carlos, Manaus, Rio Branco: RiMa Editora, EDUA, EDUFAC, 2010b. v. 1.

PAULA, E. A. de. & MORAIS, M. de J. **O conflito está no ar**: Povos da Floresta e espoliação sob o capitalismo verde. In: 36º Encontro Anual da Anpocs. Águas de Lindóia, ANPOCS, 2012.

PAULA, E. A. de., VALENCIO, N. & MORAIS, M. de J. **Fronteiras Amazônicas e os “Focos de Calor” – o que as fumaças ocultam e revelam?** In: PINTO, M. C. O. B. S.; MORAIS, M. de J. & LIMA, J. C. (Orgs.). Processos de territorialização e identidades sociais. 2. ed. São Carlos, Manaus: RiMa Editora, EDUA, 2012. v. 2.

SCHMIDLEHNER, Michael F. **A Função Estratégica do Acre na Produção do Discurso da Economia Verde.** IN: CIMI. Do\$Siê Acre: O Acre que os mercadores da natureza escondem. Brasília, 2012. <http://www.cimi.org.br/site/pt-br/> acesso julho de 2012.

TITO, M. R. **Promoviendo REDD+ para el desarrollo sostenible de Madre de Dios.** WWF Peru and WWF Forest & Climate Initiative. WWF, 2012. Lima.

VALCUENDE, J. M. **História e memórias das três fronteiras:** Brasil, Peru e Bolívia. São Paulo: EDUC, 2009.